

Orfandade e pobreza: o aspecto educacional do Asilo de Santa Teresa no século XIX (1830-1880)

*Orphanage and poverty: the educational aspect of the Santa Teresa Asylum in the 19th
century (1830-1880)*

Carlos Augusto Lima Barros¹, UEMA

Resumo

Os recolhimentos femininos se apresentaram enquanto um espaço que ofertou ajuda a mulheres em situações de vulnerabilidade na sociedade e para, além disso, se inserem na mentalidade da época que demonstravam a importância em resguardar o corpo feminino de um mundo pecaminoso. O Asilo de Santa Teresa teve um papel bem importante no contexto maranhense do século XIX ao se revelar enquanto um espaço de abrigo para meninas em situação de pobreza e orfandade, oferecendo sustento material, bem como proporcionando uma educação condizente com o contexto da época. A assistência ofertada e a mentalidade da época em relação à mulher e o tipo de ensino que lhe deveria ser ofertado são elementos que ao passarem uma análise contribuem para uma visão crítica com a utilização das discussões de gênero sobre essas meninas órfãs e a forma como esse trabalho assistencial foi desenvolvido com o objetivo de educar esses corpos.

Palavras-Chave: Órfãs e desvalidas; Asilo de Santa Teresa; Assistência

Abstract

The female gatherings were presented as a space that offered help to women in vulnerable situations in society and, in addition, they were part of the mentality of the time that demonstrated the importance of protecting the female body from a sinful world. The Santa Teresa Asylum played a very important role in the Maranhão context of the 19th century by revealing itself as a shelter for girls in poverty and orphanhood, offering material support, as well as providing an education consistent with the context of the time. The assistance offered and the mentality of the time in relation to women and the type of education that should be offered to them are elements that, when analyzed, contribute to a critical view with the use of gender discussions about these orphan girls and the way in which this assistance work was developed with the objective of educating these bodies.

Keywords: Orphans and Disabled; Santa Teresa Asylum; Assistance

Introdução

Em uma sociedade patriarcal que exigia determinados comportamentos por parte das mulheres para serem bem vistas na sociedade como o recato sexual, docilidade e o desejo de se casar e serem mães, a pobreza e orfandade se revela enquanto desafiadoras, pois além de sua situação demandar um cuidado especial na forma como estas sobreviveriam, também deveriam

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Pesquisador dentro da área de gênero, sexualidade e Maranhão.

se preocupar em manter um padrão de atitudes que mantivesse seu status de mulher honrosa. Assim, as instituições de caridade se mostravam como essenciais para o cuidado com essas mulheres. “A ajuda a mulheres fazia-se em diversas etapas do ciclo de vida e estava associada à necessidade de preservar a sua honra. Guardavam-se as mulheres em recolhimentos e atribuíam-se lhes dotes para casar ou para professar em ordens religiosas”. (ARAÚJO, 2008, p. 3).

Dentro do grupo de mulheres a serem protegidas na sociedade estavam as meninas pobres órfãs, estas eram vistas como desfavorecidas e propensas a se perderem, principalmente pela falta de um pai para proteção e também por terem menos possibilidade de arranjar um bom pretendente devido a sua situação de pobreza e orfandade.

O período pós-tridentino² apresentou mudanças em relação à sociedade europeia católica, pois com o Concílio de Trento, a Igreja Católica tomou importantes decisões em relação à fé e unidade eclesial, ficando inclusive conhecido como Contra Reforma, em resposta à Reforma Protestante, dentre as mudanças se intensificou a preocupação em guardar a honra feminina dos perigos da impureza do mundo, segundo Araújo (2008), a honra era um atributo essencial na Época Moderna, conferindo prestígio aos indivíduos que a possuíam e desgraça aos que a perdiam, sendo estes mal vistos perante a sociedade. Os gestos, atitudes e comportamentos dos membros da sociedade eram constantemente vigiados, caso fossem contra o que era defendido seu efeito negativo recai tanto sobre o sujeito quanto sobre aqueles que o circundam, principalmente a família e isso se agravava quando era em relação às mulheres.

Para manter o seu bom nome e guardar a sua honra, exigia-se às mulheres comportamentos socialmente louváveis, onde se privilegiava o recato, a obediência e o afastamento do sexo masculino. Neste sentido, a honra era prova de uma conduta socialmente aceita, onde a vergonha se achava intimamente associada e conferia uma boa fama. Como a honra feminina se encontrava diretamente associada à sexualidade, esperava-se que as mulheres solteiras se mantivessem afastadas dos homens, de preferência enclausuradas em conventos ou em recolhimentos (ARAÚJO, 2008, p. 3).

A criação de espaços reservados exclusivamente para as meninas, conhecidos, principalmente, como recolhimentos, foram de suma importância para o auxílio dessas meninas que, muitas vezes, sem condições de serem sustentadas, recebiam auxílio material ao mesmo tempo em que eram educadas moralmente para se encaixarem nos padrões da sociedade da época.

² Referente à época que sucedeu o Concílio de Trento.

A educação e a proteção das meninas-moças foram uma constante preocupação dos responsáveis pelos expostos. Não se poderia descuidar de sua assistência, com risco de se transformarem em prostitutas ou desviantes da ordem. Por essas razões, desde cedo foram criadas instituições especiais para as moças desamparadas. Elas deviam ficar longe da rua – o símbolo da perdição (MARCÍLIO, 2006, p. 96).

As instituições assistenciais voltadas para o sexo feminino poderiam ser fundadas pela Coroa, bispos ou pessoas particulares como mulheres ricas, mas em sua grande maioria estavam submetidas às Misericórdias e para além do amparo espiritual e material, na segunda metade do século XIX, atentou-se para o aspecto educacional elementar e de cunho profissional das meninas, “[...] incluía-se o ensino de matérias próprias da educação das elites (como o ensino do francês, de alemão, de piano, de canto, de desenho, etc.)” (MARCÍLIO, 2006, p. 165). As aulas eram ministradas, em muitos casos, por uma única professora, contudo havia diferença no ensino de meninas da elite (voltadas para serem mães de família, de boa etiqueta) e de camadas mais populares (boas donas de casas, dóceis e preparadas para o trabalho).

A primeira década do século XIX no Maranhão foi marcada por um relativo sucesso econômico, fruto da ação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, o que permitiu que sua capital fosse a quarta mais rica do Brasil.

Os viajantes estrangeiros Spix e Martius, ao passarem pelo Maranhão, em 1821, relataram ser sua capital, São Luís, a quarta cidade do Brasil em população e riqueza, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Todo esse poderio, ocasionado pela Companhia de Comércio na segunda metade do século XVIII, ofereceu a uma minoria a possibilidade de construir os confortáveis e luxuosos sobrados, educar filhos e filhas no exterior e desenvolver costumes condizentes com o que se praticava na Europa (COE, 2013, p. 35).

No início de tal século o Maranhão desfrutou do seu auge no sistema agroexportador através das medidas de intervenção realizadas por Marquês de Pombal ainda no fim do século XVIII. Pombal tinha por objetivo “dinamizar a economia da colônia por meio das divisas geradas pela exportação, tendo como foco o enriquecimento da metrópole” (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Segundo Coe (2013), esse crescimento econômico proporcionou uma imigração portuguesa e uma entrada significativa de africanos escravizados no Maranhão, bem como investimentos urbanos na forma de igrejas, prédios públicos e moradias de pedra e cal. Os fazendeiros e comerciantes adquiriram grandes fortunas e tiveram acesso a novos

estabelecimentos que surgiram na cidade de São Luís como a Biblioteca Pública, livrarias, bancos, o Liceu, entre outros.

A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal no século XVIII, dentre outras medidas incentivadas pelo mesmo, contribuíram para o aumento na economia, principalmente por meio da agro exportação cujo produto de destaque era o algodão. Essas medidas garantiram a formação de uma elite agrícola e de um centro comercial na região.

Para Regina Faria, o sistema agroexportador implantado por Pombal caracterizava-se “por um tipo específico de acumulação, por meio da qual se solidarizavam o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sobre o predomínio do primeiro” (Faria, 2001, p.30). Foi em torno destes últimos que se estruturou uma elite agrícola e comercial no Maranhão, tendo a cidade de Alcântara (a menos de dezoito quilômetros por via marítima da Capital) como centro do desenvolvimento agrícola e São Luís, mais especificamente o bairro da Praia Grande, como centro comercial (OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Contudo esse cenário se alterou na segunda metade do século XIX. A época dos altos preços do algodão vai dar lugar ao investimento no açúcar, derrubando assim os grandes lucros obtidos até então com o produto, além disso, a Guerra de Secessão que havia freado a produção algodoeira estadunidense irá ter fim no ano de 1865 e assim o país irá retomar sua liderança.

Coe destaca que

A crise da lavoura na segunda metade do século XIX caiu como um fardo para as elites políticas e intelectuais que a tomaram como uma grande derrota, retirando da província a possibilidade de crescimento contínuo e de progresso aos moldes das grandes províncias brasileiras. Como elementos de início da crise da lavoura, estariam a súbita baixa de preços de algodão, a Setembrada (1831) e a Balaiada (1838-1840), que teriam desestruturado a vida econômica da província em consequência da queda de preços, o que levou a decadência os pequenos proprietários rurais, além do estabelecimento do comércio europeu direto com Belém, contribuindo para a estagnação econômica da província (COE, 2013, p. 39).

Além dessas questões o autor ainda aponta o acontecimento de várias epidemias como a febre amarela (1851), varíola (1854), gripe (1859) que afastaram possíveis imigrantes europeus.

Segundo Oliveira (2011)

A partir da década de 1820, o sistema agroexportador começou a entrar em crise. Conforme aponta Bandeira Tribuzzi, tal crise esteve relacionada a fatores externos, como a retomada da produção do algodão norte-americano, e ao próprio cenário político interno daquela época, de transição política da

colônia para o Império. Em si mesmo, o sistema agroexportador já trazia consigo, em sua própria estrutura, fatores adversos à sua permanência: O crescimento da economia se fazia de fora para fora; o sistema escravista impedia o surgimento de um mercado interno significativo; a exclusão de dois terços da população dos direitos da gente livre e a alta concentração da renda da população livre, assim como as proibições metropolitanas impediam qualquer potencial de atividade econômica que não fosse a produção agrícola e o comércio varejista (p. 24-25).

Essa nova realidade cria uma situação de decadência na economia maranhense e provoca também mudanças no cenário assistencial como atesto em minha monografia em que analiso não somente o Asilo de Santa Teresa, mas também a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, importante instituição de caridade que esteve presente em diversas regiões do cenário do Brasil e mesmo em meio a crise continuou seu trabalho, tal qual o recolhimento aqui discutido.

No Maranhão, os espaços de acolhimento às meninas desvalidas estariam presentes através de dois estabelecimentos, o Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios e do Asilo de Santa Teresa,

Em São Luís, Maranhão, a assistência às meninas desvalidas surgiria em meados do século XVIII, pela ação do missionário, padre Gabriel Malagrida, o mesmo que, em 1751, erigiu o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios [...] Até meados do século XIX esse foi o único asilo para meninas, daquela província.

Em 1855, a Assembléia Provincial do Maranhão criou uma nova casa, o Asilo de Santa Tereza. Posta sob a proteção da imperatriz, essa casa deveria atender as expostas, que ainda estivessem na Roda, maiores de catorze anos. [...] o Asilo tinha por objetivo principal “amparar as meninas órfãs que forem desvalidas e as expostas da Santa Casa de Misericórdia, recolhendo-as e educando-as e, por fins secundários, educa-las por maneira que possam ser empregadas com vantagens no serviço doméstico [...]”. (MARCÍLIO, 2006, p. 174).

Origem e ação do Asilo de Santa Teresa

Em relação à fundação do Asilo de Santa Teresa:

O presidente dr. Eduardo Olympio Machado no relatório, que apresentou á assembléa provincial na sessão de 1854, lembrou a necessidade de crear-se uma casa de educandas, onde as meninas desvalidas encontrassem abrigo, proteção e educação, especialmente as orphans sem amparo e as expostas da Santa Casa da Misericordia, evitando assim a província a morte prematura d’essas infelizes crianças, proveniente do abandono e da miséria, ou a sua desmoralização e prostituição, se chegam a criar-se. [...] o dr. Olympio Machado tomou o accordo de prescindir da reforma auctorizada, e de fundar n’esta capital, ad instar da dos educandos artífices, uma casa de educação para

as meninas desvalidas, e em 16 de janeiro do anno seguinte publicou o regulamento creando o Azylo de Santa Thereza, e collocando-o sob a augusta e valiosa proteção de Sua Magestade a Imperatriz, sendo no dia 14 de março do mesmo anno inaugurado pelas 5 horas da tarde, em presença de grande numero de cidadãos, em uma casa espaçosa, situada no largo dos Remedios e pertencente ao fallecido desembargador Barradas (MARQUES, 1870, p. 35).

A documentação acima demonstra o interesse do recolhimento em prover materialmente as órfãs e desvalidas, contudo, além disso, existia um interesse em conservar nestas os costumes adequados daquela época que uma mulher deveria ter, não era somente a fome uma preocupação, mas também situações de desmoralização e prostituição. Sobre o funcionamento interno do Asilo de Santa Tereza

O Asylo de Santa Thereza, instituição do doutor Eduardo Olimpio Machado, tem presentemente quarenta educandas, numero estabelecido pelo regulamento de 16 de janeiro do corrente anno. Existem creadas neste estabelecimento as aulas de primeiras letras e de costuras, que são frequentadas regularmente por todas as educandas. A consignação mensal paga ao Asylo pelos cofres provinciaes é de 600\$000 reis. Os empregados actuaes são: Director – Barão do Coroatá; Vice-director – doutor Antonio Rego; Regente – D. Maria Joaquina Lisboa Bacelar; Almozarife – Francisco Joaquim Pinto Barreto; Mestra de primeiras letras – D. Marcellina Roza Corrêa Lobão; Mestra de costura – D. Maria Amalia Ferreira; Capelão – reverendo Padre Antonio Tavares da Silva; Medico – doutor José Ricardo Jauffret. A casa em que se acha o Asylo não é talvez a mais propria para um estabelecimento desta ordem, não só por ser baixa, como por não ter as precisas acomodações (Relatórios e falas do presidente da província (1839-1886), 21/12/1855).

O Asilo, enquanto uma instituição preocupada em não somente sustentar as órfãs e desvalidas que abrigava, mas também em oferecer um ensino para estas, oferecia aulas e como o documento apresenta eram principalmente de primeiras letras e costuras, ofertadas por duas professoras que tem seus nomes listados entre os empregados, além disso, a instituição recebia um valor mensal pela província para manter-se.

Apesar da documentação acima mencionar o número de 40 educandas, existiram diferentes aumentos durante seus anos de funcionamento, incluindo as órfãs e desvalidas que ali eram abrigadas e as pensionistas que pagavam para permanecerem naquele local. O ano de 1867³ e 1869⁴ são dois exemplos em que o número de educandas aumenta, bem como as despesas e receitas do Asilo, no primeiro é registrado um total de setenta e oito e já no segundo cresce para oitenta e dois. Esses crescimentos de educandas no Asilo demonstram como o

³ Relatório e falas do presidente da província, 28/10/1867.

⁴ Relatório e falas do presidente da província, 04/04/1869.

recolhimento era procurado e gozava de certo valor na sociedade, apresentando um bom trabalho assistencial com estas.

Nos ofícios do Asilo de Santa Teresa é importante atentar-se ao grande número de solicitações de aceitação no recolhimento, foram encontradas mães requerendo a entrada de suas filhas, tutores de meninas, tios pedindo em nome de suas sobrinhas, dentre esses é interessante destacar dois casos que são requerimentos informando características das moças que desejavam adentrar o estabelecimento como forma de garantir uma maior chance de aceitação. No primeiro tem-se o caso de Benedita Ritta que pede que suas quatro filhas sejam aceitas por serem órfãs de pai e por esta ser pobre não podendo assim ofertar o acesso à educação, destaca-se também nesse documento a preferência que o Asilo dispensava na questão da orfandade às órfãs de pai e mãe e depois as de pai.

Benedita Ritta Gonçalves requer á V.^a Ex.^a a graça de mandar admitir no Asylo de S^a Thereza como órfãs desvalidas, á quatro filhas q tem, as quais por sua [...] pobreza não pode dar educação. A disposição do art.º 2º do Regulamento Provincial de 15 de Janeiro de 1855 pelo qual se rege o Asylo, diz que esta tem por fim amparar as meninas órfãs q forem desvalidas e as expostas que estão á cargo da Santa Casa da Misericórdia; e o art.º 2 do [...] Regulamento, tractando de taís aquisições recomendada, que sejam estas recebidas com preferencia e depois as órfãs de pai e mãe e as que o forem somente de pai... (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 17 de Maio de 1862).

O segundo caso seria em relação à petição de um tenente coronel chamado Ricardo da Silva Ferro que apelava a favor de sua tutelada, neste caso é dito que foi comprovada a situação tanto de orfandade quanto de pobreza desta através de documentos. As características elencadas no ofício demonstram o que o recolhimento priorizava na inserção de suas recolhidas

Passo ás mãos de V. Ex.^a a inclusa petição do Tenente Coronel Ricardo da Silva Ferro, que solicita a admissão no Asylo de S. Thereza de sua tutelada, a orfan Julia Rosa de Oliveira, na forma do art. 21 do Regulamento de 16 de Janeiro de 1855, por ser pobre e desvalida, e cumpre me informar a V. Ex.^a que o supplicante prova com os documentos com entrou a sua petição, 1º que sua tutelada é orfan de pai; 2º que tem oito anos de idade; 3º que é pobre e desvalida; e parece por conseguinte estar nos termos de ser admittida no Asylo na qualidade de requerida (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 18 de Junho de 1864).

Com a leitura da apresentação desses requerimentos nos ofícios, percebe-se a importância de certas características para aumentar as chances de aceitação das jovens

desvalidas no Asilo de Santa Tereza. A pobreza, a idade (maior de 7 anos e menor de 17 anos⁵) e a orfandade (de pai e mãe e de pai) se revelam como elementos essenciais que seriam a favor da jovem que requeresse sua entrada no recolhimento. As várias solicitações demonstram a grande procura pelo estabelecimento, existindo dois ofícios onde se registra casos em que pessoas mesmo não cumprindo tais requisitos ainda solicitam a entrada, demonstrando certa valorização em conseguir uma vaga naquele local.

Gualdino Antonio do Nascimento requer á V. Ex.^a para que se [...] mandar admitir no Asylo de Santa Thereza, como educanda da Provincia uma sua Afilhada de nome Anna, e á sua petição junta documento comprobatório tanto de idade como de orfandade. Informando pois á este respeito, como determina V. Ex.^a sou a dizer que, a pretensão do [...] não está no caso de ser atendida, por quanto a sua Afilhada não só é menor de 7 annos como que não existe no Asylo actualmente lugar vago (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 27 de Outubro de 1862).

Tendo por mim comultada D. Lesmilia Roza das Dores Baptista, afim de receber sua filha a Educanda desvalida Maria José do Val Baptista que por ser maior de 17 anos, não tem direito de continuar a permanecer, como tal, no mesmo Asylo; respondes á esta Directoria, q desejando por mais algum tempo a conservação da mesma sua filha ali; está disposta a concorrer com as respectivas despesas, uma vez que seja ella considerada no numero das pensionistas (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 27 de Maio de 1862).

O Asilo de Santa Tereza foi um recolhimento que esteve preocupado em abrigar as jovens órfãs e desvalidas, incluindo-se as expostas da Santa Casa, sendo assim era oferecido abrigo e sustento material, as meninas moravam naquele local e recebiam alimentos, roupas, calçados, permitindo assim uma relativa estabilidade e proteção (MARQUES, 1870).

O aspecto educacional do Asilo de Santa Teresa

Além de auxiliar as educandas em suas despesas e oferecer-lhes abrigo, o Asilo de Santa Tereza também se responsabilizava pela educação das jovens.

A instrução primaria e o ensino dos trabalhos de agulha é dado com a precisa regularidade pela professora de primeira letras, D. Marcellina Rosa Corrêa Lobão, e por duas adjuntas. A professora de costura, D. Arsenia Augusta

⁵ “Determinado o Artigo 31 do Regulamento Provincial de 16 de Janeiro de 1855, que a Collegial do Asylo de Santa Thereza não terão direito a ser conservada no Asylo depois que tiverem a idade de 17 anos, e recomendando o Artigo 32 do mesmo Regulamento, que o Diretor do Asylo [...] ao Presidente da Provincia logo que as Collegiais tiverem atingido a’quella idade, para que, quando não possão dele sair dotadas e cazadas, saião para Caza de pessoas ou os parente ou de outras quais que de conduta abonada, peço á V. Ex.^a authorização para dar nesta parte cumprimento ao regulamento, quando sair do Asylo a estas Collegiais...” (Ofícios do Asylo de Santa Tereza, 1855-1862, 08/04/1862).

Carneiro Belfort, acha-se com licença por motivo de molestia. Está, portanto, a instrução n'este estabelecimento limitada ao ensino primário, á moral religiosa aos trabalhos de agulha e serviços domésticos. (Relatório e falas do presidente da província, 28/10/1867).

A aprendizagem dos trabalhos domésticos, como lavar, gommar, etc. para as meninas que já tem a idade propria, é feita sob a immediata direção da regente, que preside igualmente aos exercícios religiosos. (Relatório e falas do presidente da província, 04/04/1869).

[...] Habilitar as meninas desvalidas, de cuja educação se encarrega a Provincia, á servir de Mestras particulares, é crear-lhes um meio de vida honesto e lucrativo todo em proveito da sociedade; por isso repito essencialmente produtiva toda a despeza que se fizer para conseguir este fim (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), Abril de 1865, p.5).

A educação ofertada para as educandas se limitava então a uma educação básica das primeiras letras acompanhado do ensino religioso e de prendas domésticas, contribuindo assim para a realidade das meninas no século XIX no Maranhão, uma educação preocupada mais em capacitar para a vida doméstica e familiar do que para um futuro profissional. Segundo Abrantes (2014) a educação feminina não recebia a mesma prioridade que a masculina (essencial na própria formação enquanto cidadão honesto), estas recebiam na medida do possível em vilas ou lugares mais populosos.

A autora coloca que desde os tempos coloniais no Brasil, as mulheres eram educadas para aceitarem a sociedade paternalista e serem submissas aos homens, as prendas domésticas a tornavam boas esposas e mães e a educação religiosa moldava seus caracteres com virtudes cristãs.

A preocupação em prestar auxílio e proteção às jovens desvalidas era visto como algo essencial para ajudá-las a ter aceitáveis trajetórias de vida. Em um dos relatórios e falas do presidente da província está registrada a preocupação em atender não somente as órfãs desvalidas legítimas como também as ilegítimas de forma que a ajuda dispensada pelo Asilo atendesse o maior número de jovens necessitadas.

O Asilo de Santa Tereza deixa claro sua intenção de proteger o corpo feminino já no momento de sua fundação, os Relatórios e falas do presidente da província de 18/10/1877 definem a educação ali oferecida como própria para as meninas desvalidas as protegendo “das seduções e traições do século habilitando-se pelo estudo e pelos hábitos do trabalho...”. Esse documento apresenta uma clara referência ao desejo de proteger as meninas de possíveis atitudes que fossem malvistas pela sociedade.

Nos relatórios e ofícios, existia uma preocupação em amparar as desvalidas da sociedade demonstrando tanto crescimentos nas entradas quanto preocupação em atender o maior número

possível de jovens necessitadas como é o caso de atender as órfãs ilegítimas e não somente as legítimas.

A educação era ofertada conforme o padrão para as meninas com um ensino de primeiras letras e prendas domésticas, além disso, no relatório de 13/04/1858 se encontra a informação da compra de um piano para instrução musical demonstrando a atenção para o aspecto educacional dessas jovens e até mesmo um possível interesse em oferecer um maior aburguesamento na forma como o ensino era ministrado.

Quando se analisa a educação partindo de uma discussão de gênero se percebe as diferenças que irão marcar o tipo que cada um recebia. Passando pela dicotomia entre educação e instrução. Abrantes (2014, p. 132) coloca que os homens eram instruídos para desenvolver a “inteligência” e as mulheres eram educadas “para desenvolver o caráter”, sendo assim a instrução era referente ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos como a autora chama atenção para o ensino secundário do Liceu do Maranhão (2014, p. 82) em que se tinha cadeiras básicas como gramática, matemática, geografia, mas também preparatórias diretamente para o futuro profissional como curso de comércio e curso de marinha, além disso existia preocupação em se preparar os alunos para os cursos superiores.

Outro exemplo de instituição de ensino voltada para o público masculino foi a Casa dos Educandos Artífices, criada pela Lei nº 105, de 1841 e inaugurado no mesmo ano em 25 de novembro, ali eram dadas aulas de primeiras letras e também ofertadas oficinas de alfaiate, sapateiro, marceneiro, pedreiro, surrador de cabedal⁶, entre outras, existiram outras provisórias como a de francês, geografia e instrumentos de corda. O objetivo da Casa era oferecer uma educação regular à mocidade desvalida moralizando-a, inspirando amor ao trabalho e contribuindo para a felicidade e riqueza pública (MARQUES, 1870, p. 188).

Esses dois exemplos demonstram o tipo de ensino mais científico e preparatório reservado aos homens no século XIX. Já em relação às mulheres, na segunda metade do século XIX no Maranhão o ensino público se baseava unicamente em escolas de primeiras letras em que as meninas aprendiam “ensinamentos morais e religiosos, prendas domésticas e os conhecimentos básicos de leitura, da escrita, e das quatro operações” (ABRANTES, 2014, p. 141), somente nas escolas particulares era ofertado o ensino secundário, contudo ainda tendo como enfoque “preparar a mulher para o casamento e a maternidade” (2014, p. 145).

Alguns exemplos de instituições educacionais femininas voltadas às desvalidas foram o próprio Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios e o Asilo de Santa Tereza, aqui já

⁶ Ofício para trabalhar na preparação de peles e couro.

apresentados. No caso do ensino particular tinha-se, por exemplo, o Colégio Nossa Senhora da Glória, criado em 1844, oferecia tanto um ensino primário quanto secundário para as meninas que ali aprendiam em cinco diferentes classes

1ª - Leitura, caligrafia, gramática da língua pátria, aritmética adequada à natural compreensão das meninas, doutrina cristã, civilidade e geografia; 2ª - costuras, marcas e bordados de todas as qualidades; 3ª - francês e inglês; 4ª - música e piano; 5ª - desenho e dança (ABRANTES. 2014, p. 154).

Cabe relembrar o que Scott (1994, p. 19) coloca sobre a história enquanto estudiosa de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres foram construídos. Embora nos dias atuais essas discussões da diferença educacional tenham alterado seu foco para questões como a desigualdade de salários, elas são fruto de transformações dos debates de gênero de outras épocas e merecem a atenção pois ainda contribuem para o entendimento dos momentos contemporâneos.

Por qual motivo homens e mulheres possuíam um ensino tão diferenciado no século XIX no Maranhão? Seria um reflexo do entendimento que a sociedade da época tinha sobre como deveria ser construída a identidade dos sujeitos partindo de uma perspectiva de gênero?

Ao se tocar no elemento da política dentro do contexto de gênero Scott (1994, p. 17) coloca duas respostas sobre qual seria a natureza do interesse em controlar ou contestar os significados, a primeira seria a partir de um interesse objetivamente determinado, por exemplo em estabelecer uma dominação sexual ou econômica e a segunda a partir de um conceito de interesse que é discursivamente produzido, relativo e contextualizado. Tendo em vista essa segunda abordagem

A experiência não é vista como circunstâncias objetivas que condicionam a identidade; a identidade não é uma percepção objetivamente determinada do eu, definida por necessidades e interesses; a política não é a tomada de consciência coletiva de sujeitos individuais em situação semelhante. A política é, antes, o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência. Identidades e experiências são, nessa visão, fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares (SCOTT, 1994, p. 18).

Sendo assim, a política aqui se encaixa enquanto esse jogo de poder e saber que está envolvido na formação da identidade e experiência, partindo mais especificamente da perspectiva de gênero se cria um discurso de que ao homem e necessário um ensino científico e à mulher o ensino doméstico e maternal, sendo este o entendimento das construções de identidades, estando inclusive a educação feminina ligada ao bem estar do homem. Ao analisar artigos do periódico *Farol Maranhense*, Abrantes (2014, p. 140) coloca que

Os argumentos encontrados nesses artigos sobre instrução feminina mostram que o objetivo de educar as mulheres era para melhor formar os homens, pois a mulher instruída melhorava a sociabilidade masculina, freava as grosserias naturais do “sexo varonil” e dava o tom de polidez característico das sociedades cultas. Por essa razão, não defendiam uma educação idêntica para homens e mulheres, mas uma educação apropriada para o papel que deviam desempenhar na sociedade...

A educação ofertada pelo Asilo de Santa Tereza reforçava esse padrão de ensino diferenciado pelo gênero na oferta que proporcionava, as meninas eram moldadas para a aceitação de comportamentos e um futuro voltado para o matrimônio e maternidade, inserindo-se assim em uma estrutura maior da sociedade da época que buscava manter as mulheres nessa linha de pensamento e atitudes.

Fontes utilizadas

MARQUES, César Augusto. **Diccionario Histórico-Geographico da Província do Maranhão**. – Maranhão: Typ, do Frias, 1870.

OFÍCIOS do Asylo de Santa Thereza (1863-1870): 08/04/1862, 17/05/1862, 27/05/1862, 27/10/1862, 18/06/1864, abril/1865 (Localização APEM [Avulsos]).

RELATÓRIOS e falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889) (Localização APEM [Biblioteca de Apoio]):

Relatório com que o Vice-Presidente, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, entregou à Presidência da Província do Maranhão, ao Ilmº e Exmº Sr. Comendador, Antônio Cândido da Cruz Machado, em 21/12/1855.

Relatório do Exmº Sr. Presidente Dr. Francisco Xavier Paes Barreto apresentado ao Exmº Sr. Vice-Presidente, Dr. João Pedro Dias Vieira ao passar-lhe a administração no dia 13/04/1858.

Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Franklin Américo de Meneses Dória passou a administração ao Exmº Sr. Dr. Antônio Epaminondas de Melo, em 28/10/1867.

Relatório com que o Exmº Sr. Desembargador Ambrósio Leitão de Cunha passou a administração desta Província ao Exmº Sr. 1º Vice-Presidente, Dr. José da Silva Maia em 04/04/1869.

Relatório que o S. Exª. O Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides no dia 18/10/1877 apresentou à Assembléia Legislativa Provincial por ocasião da instalação da sua sessão ordinária.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. – São Luís: Editora UEMA, 2014.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2008, p. 1-11.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)**. Tese (História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. Editora Hucitec: São Paulo, 2ª edição, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. **Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

SCOTT, Joan. Preface a Gender and politics of History. Tradução de Mariza Corrêa, IFCH/Unicamp, **Cadernos Pagu** (3), 1994, p. 11-27.